

O Turismo em Barra Grande – PI: características e alternativas para o seu desenvolvimento

Marina Brito de Oliveira Marques ¹

RESUMO

O turismo global é caracterizado por criar cenários que agradem turistas, desconsiderando os interesses da população local, que acaba não se beneficiando como poderia com a atividade. As políticas públicas voltadas para o turismo muitas vezes reforçam a continuidade dessa falta de valorização dos locais e de sua cultura e particularidades. Esta é a realidade da comunidade de Barra Grande, localizada no litoral do estado do Piauí, no nordeste brasileiro. Sua formação tem relação histórica com a atividade de pesca e posteriormente de agricultura. As dinâmicas tradicionais foram alteradas quando recentemente o turismo ganhou força na região, por causa da prática do esporte *kitesurf*. Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve contextualização das políticas públicas voltadas ao turismo em Barra Grande e apresentar, como alternativa mais inclusiva e participativa de desenvolvimento, o turismo comunitário. O artigo mostrará as dificuldades de implantação desse modelo, bem como as suas vantagens. A metodologia do trabalho é baseada em pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Barra Grande; Políticas Públicas; Turismo Comunitário.

¹Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: marina_bom@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A prática turística atual é caracterizada como global, isto é, existe um “padrão universal” de uniformização de modelos, de construções e de atividades que se adequam aos interesses dos turistas. Desta forma, as especificidades locais e dinâmicas tradicionais são, muitas vezes, desconsideradas. A comunidade de Barra Grande, no litoral do Piauí, está inserida nessa realidade, de modo que sua população nativa tem que se adequar aos novos planos realizados, mesmo estando à margem, ou sendo secundária, dos benefícios desses empreendimentos.

As alterações sofridas no povoado de Barra Grande em decorrência do turismo global são sentidas em diversos aspectos e, no campo do urbanismo, reflete na maneira de produção do espaço, uma vez que a comunidade é transformada em produto para atender à sociedade de consumo mundializada (HARVEY, 1992). Desse modo, a própria terra se torna comercializada e a democratização do espaço público é ameaçada, pois a lógica do mercado não age pensando na agregação de todos. Nesse sentido, o espaço físico produzido em Barra Grande reflete as mudanças socioeconômicas e culturais sofridas pelo local em virtude das práticas turísticas.

Nota-se que o papel do urbanismo é fundamental nesse contexto, uma vez que ele é o reflexo materializado da lógica vigente, reafirmando-a, mas que pode ser o gatilho para o início da representação de ideias diferentes. Acredita-se que o primeiro passo para alcançar tais mudanças seja a implementação de políticas públicas eficazes, que sejam pensadas a partir do turismo sustentável e dos interesses da população nativa. As diretrizes para um planejamento devem partir da análise das dinâmicas internas que regem o povoado, a fim de perceber as especificidades que ele carrega.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar as características das atividades turísticas realizadas no povoado de Barra Grande – PI e revelar a importância da implementação de políticas públicas que conduzam o seu desenvolvimento. Acredita-se que o turismo comunitário é uma alternativa viável para que isso ocorra, como será apresentado no decorrer do trabalho.

A situação de Barra Grande foi estudada em trabalhos de diversos campos, tais como Sociologia, Turismo, Antropologia e Arqueologia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, todos relevantes para a construção de uma pesquisa multidisciplinar. Entretanto ainda não foi objeto da Arquitetura e do Urbanismo, fato que torna essa investigação essencial para complementar os estudos já realizados em uma perspectiva agregadora, para atingir um resultado abrangente.

Essa pesquisa trará indicadores que poderão alimentar a gestão do município, especialmente a comunidade local, de subsídios para o estabelecimento de projetos que levem em conta a realidade local, valorizando tais aspectos como recursos do turismo sustentável.

O trabalho adotou uma metodologia de abordagem qualitativa. Foi feita uma pesquisa bibliográfica - de livros, artigos, teses e dissertações - e documental - relatórios técnicos, ambas fundamentais. O desejo de realizar pesquisa de campo foi inviabilizado pela indisponibilidade da pesquisadora de ir até o local, mas foi possível "ouvir" os moradores através de entrevistas feitas em outros trabalhos.

O artigo se estrutura em cinco partes. Além da introdução, estão presentes os tópicos: caracterização da área de estudo, dando dados gerais sobre a localidade; o turismo e as políticas públicas, fornecendo um panorama sobre as políticas públicas no Brasil, no Piauí e em Barra Grande e alguns problemas de sua aplicação; turismo comunitário, explicando o seu conceito e vantagens para sua implantação; considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O litoral do Estado do Piauí é composto por quatro municípios, dispostos em apenas 66 quilômetros de extensão de orla marítima. Ilha Grande - no extremo oeste, que faz divisa com o Estado do Maranhão; Parnaíba e Luís Correia - na área central; Cajueiro da Praia - à Leste, limite com o Estado do Ceará (CUNHA E SILVA, 2018). Cajueiro da Praia é fruto do desmembramento do município de Luís Correia, através do Decreto nº. 4.810 de 27 de dezembro de 1995 (MACEDO E RAMOS, 2012). O município tem

uma faixa litorânea de 13 quilômetros e compreende vinte povoados (quatro deles em orla marítima), dentre os quais se encontra Barra Grande (DUTRA E PEREIRA, 2015), inserida na zona rural do município.

Cajueiro da Praia se localiza a 55 quilômetros de Luís Correia e a cerca de 400 quilômetros da capital do estado, Teresina. Possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2018 de 7.608 habitantes. As principais atividades geradoras de renda, antes da intensificação do turismo na região, eram as tradicionais - pesca e agricultura, além do comércio informal.

Não existem registros oficiais sobre o surgimento de Cajueiro da Praia, mas de acordo com uma professora, que colheu informações com antigos moradores, o início do povoamento se deu há 350 anos por índios nômades da tribo Tremembé e posteriormente foi habitada por pescadores (MACÊDO, 2011).

Figura 1: Localização geográfica do município de Cajueiro da Praia.



Fonte: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/03/barra-grande-no-piaui-concentra-belezas-naturais-e-tranquilidade.html>.

A Praça da Igreja, que remonta do início da formação do povoado, é a localidade central do povoado, que dispõe da maioria dos equipamentos, como o colégio municipal, quadra de esportes, comércios em geral e um terminal de caixa eletrônico, além de se configurar como o maior ponto de

lazer do povoado. O único posto de saúde de Barra Grande se situa próximo à Praça e conta com serviços médicos e odontológicos, mas não tem estrutura para receber casos graves, encaminhados para a sede do município ou para outras cidades. A polícia militar não tem posto ou efetivo no povoado, sendo necessário ligar para o posto localizado na sede do município. O sistema municipal tem escolas de ensino fundamental e o ensino médio também fica apenas na sede (CUNHA, 2018).

O turismo no município de Cajueiro da Praia é movido por três eixos: primeiro, o Cajueiro Rei, localizado na sede do município, considerado o maior cajueiro do mundo em extensão territorial; segundo, os peixes-boi marinhos, espécie ameaçada de extinção, que pode ser observada em seu habitat natural; terceiro, o povoado de Barra Grande, que a partir da década de 1970 começa a receber visitantes, mas de maneira bem pontual e por pessoas de locais próximos. Em meados dos anos 2000 teve início a prática esportiva de *kitesurf* no povoado, que foi inserido na rota internacional, atraindo praticantes de todo o mundo. Devido a isso, começaram a surgir muitas pousadas e restaurantes de estilo rústico, que hoje atraem turistas da cidade de Teresina e de outras localidades. Na imagem abaixo é possível ver a bela praia de Barra Grande, território dividido entre turistas praticantes de *kitesurf* e nativos pescadores.

Figura 2: Praia de Barra Grande.



Fonte: Marina Marques, 2018.

A principal rua turística do povoado é a Rua Pontal da Barra, popularmente conhecida como Rua das Pousadas, onde se concentra a grande parte dos empreendimentos, como pousadas e restaurantes. Originalmente ela era habitada por famílias pesqueiras, que foram vendendo suas casas e se afastando da praia. Hoje existem poucas casas de nativos, que contrastam com a arquitetura dos empreendimentos de estilo turístico rústico padronizado.

Figura 3: À esquerda casa típica de Barra Grande e à direita o estilo rústico criado pelos empreendedores turísticos.



Fonte: FERREIRA, 2012.

Observa-se o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cajueiro da Praia nas últimas décadas - de apenas 0,167 em 1991 para 0,546 pontos em 2013 (CUNHA E SILVA, 2018). O município ainda se encontra na faixa de “Desenvolvimento Humano Baixo”, apesar de a população ter tido um incremento da renda com as atividades turísticas. Entretanto, apesar do Plano Diretor de Cajueiro da Praia, elaborado em 2008, (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA, 2008) afirmar que as atividades turísticas são as principais fontes de renda da população, observa-se que a população local as exercem apenas como complemento de renda. De acordo com Cunha e Silva (2018), essa necessidade é resultado da elevação nos preços dos produtos de consumo básica e consequente aumento do custo de vida, que surgiram por causa do turismo.

As vagas disponibilizadas para os *insiders* são sempre em empregos de base ou subempregos, sob a justificativa de não serem mãos-de-obra qualificadas, uma vez que são pessoas de baixa renda e escolaridade. Desse modo, as altas temporadas turísticas servem às pessoas da comunidade “para se ganhar alguns trocados; para outras, é a instalação temporária do caos

devido à elevação do preço dos produtos, do acúmulo de resíduos sólidos, da venda e consumo de drogas, poluição sonora, prostituição, etc.” (CUNHA, 2018, pág. 18). Por sua vez, os detentores da maioria dos empreendimentos e quem ocupam os melhores cargos são os *outsiders*, pessoas de alta renda que tem condições financeiras para tal. Portanto, é dividida entre eles a maior parcela da renda gerada com a atividade.

É preciso esclarecer que o estudo trata Barra Grande pelo olhar de um “*campo urbanizado*”, como denomina Lefebvre (2001). O povoado está situado na zona rural do município, com o contingente populacional equivalente à cerca de 22% do total do município, mas devido às particularidades decorrentes do turismo se enquadra como um rural atípico, porém sem carregar as características de urbanidade. A natureza passa a ser encarada como mercadoria e as práticas tradicionais se alteram, contudo, os investimentos em infraestruturas para o povoado não aparecem, muito em razão da distinção de políticas públicas entre o meio rural e urbano.

Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Ainda existe certa precariedade dos instrumentos de planejamento do território rural. Como as ruralidades geralmente são consideradas áreas de atraso, o povoado não conta com os serviços básicos, como água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, etc. Desse modo é preciso lembrar que o Estatuto da Cidade determina que os planos diretores considerem todo o município, área urbana e rural (art. 40, parágrafo 2º), visando à integração e à complementaridade entre as atividades praticadas. É preciso estar atento às especificidades e funções estabelecidas do rural para fazer a leitura do espaço, entendendo que não se adequam necessariamente à leitura tradicional do urbano (BARRETTO *et al*, 2004).

O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atividade turística passa a ser mais significativa com o surgimento da máquina de vapor, que permitiu o avanço dos transportes, no início do século XVIII. No século XIX, a atividade se intensifica, devido ao desenvolvimento dos transportes ferroviários e marítimos. No século XX, teve início o turismo de massa, a entrada de agências de viagem e a escolha de países subdesenvolvidos como destino. Hoje, o turismo é uma grande indústria, podendo ser a base econômica para o desenvolvimento de economias locais e, por isso, revela-se atraente para os governos (ABASCAL E D'AGOSTINI, 2016).

Aproveitando esse potencial, muitos governos investem recursos na reconstrução de paisagem, a fim de atrair empresas e investidores do turismo. De acordo com Montaner (apud ABASCAL E D-AGOSTINI, 2016, p. 4), o turismo é o fenômeno que sintetiza as contradições da sociedade contemporânea e encara o turismo “como um sistema de atividades que se sobrepõe às estruturas existentes, podendo contribuir para o sucesso ou esgotar, empobrecer e destruir os sistemas naturais, sociais e urbanos”.

Política pública representa a ação planejada do estado para a sociedade e é influenciada por características sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade. A partir de 1994, o governo brasileiro apresenta a primeira política específica para o turismo, caracterizada pela descentralização e estruturação. Surge o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que tinha como objetivo dar condições técnicas e organizacionais aos municípios brasileiros com potencial turístico, descentralizando as ações de planejamento e transmitindo as técnicas de planejamento turístico, para elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento.

No ano de 2003, foi criado um Plano Nacional de Turismo (PNT) no Brasil. O intuito do governo era continuar aplicando medidas descentralizadoras para fortalecer o turismo interno, em detrimento do internacional, como estratégia de dinamização da economia local. O lançamento do PNT consolidou a gestão descentralizada, trazendo novas

diretrizes relativas ao modelo de gestão social, como a importância da sensibilização, a governança participativa e mobilização social para a regionalização e interiorização do turismo por meio de macroprogramas específicos.

No ano seguinte, foi elaborado o Plano de Regionalização do Turismo (PRT), com o objetivo de segmentar as atividades turísticas. Esse trabalho consiste em uma série de medidas, tais como mapear para delimitar territórios; categorizar municípios para definir políticas específicas de acordo com cada categoria; capacitação de gestores públicos; desenvolvimento de cartilhas de orientação para propulsionar o turismo. Este ainda é o principal macroprograma do governo federal de orientação para a política de desenvolvimento do turismo, frisando a necessidade de fortalecimento institucional e de formação de redes. No ano de 2008, foi criada a Lei do Turismo, definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a rede do turismo (ABASCAL E D'AGOSTINI, 2016).

A política de turismo do governo do estado segue as diretrizes e orientações da política nacional. Desse modo, assim como no cenário nacional, o turismo é indicado como uma das principais políticas de desenvolvimento (FERREIRA, 2012). No estado do Piauí, o órgão responsável diretamente pelo turismo é a Secretaria de Estado do Turismo no Piauí (SETUR-PI), criada em 2007 para coordenar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Turismo. Estes órgãos gestores no estado contam com a parceria público-privada entre a Unidade do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Piauí (PRODETUR-PI) e a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI) com as agências de viagens e a rede de hotéis, restaurantes e comércios da iniciativa privada.

No Plano Estratégico Turístico do Estado do Piauí, elaborado entre 2001 e 2015, o desenvolvimento sustentável consta como base conceitual e orientação nas políticas de turismo do estado e o ecoturismo é apresentado como uma alternativa de turismo sustentável (FERREIRA, 2012). Contudo, uma das estratégias para promover o ecoturismo apresentadas no Plano é a construção de um *resort* com temática de ecoturismo e é apontado como um

dos obstáculos ao desenvolvimento turístico do estado o fato de não existir um grande empreendimento capaz de gerar demanda que estimule outros investimentos turísticos no estado. É possível perceber a contradição entre defender um turismo sustentável, que por essência está ligado a ações de pouco impacto ambiental e a projetos auto-sustentáveis e, ao mesmo tempo, adotar como solução a instauração de grandes empreendimentos com um caráter fundamentalmente desenvolvimentista (FERREIRA, 2012).

Observa-se alguns aspectos negativos em relação à condução das políticas públicas de desenvolvimento turístico. Primeiramente suas descontinuidades, que geram incertezas quanto à gestão e prejudicam o desempenho das ações. Além disso, o fato de o quadro de recursos humanos ser reduzido, às vezes, sem estabilidade empregatícia e sem perspectiva de evolução nos cargos, faz com que os funcionários não se estimulem para realizar um trabalho comprometido (MENDES E SILVA, 2017). No Piauí, falta o básico dos serviços para a política pública aplicada ao turismo: energia de qualidade, segurança pública, água tratada, saneamento básico e transporte.

A gestão pública do turismo em Barra Grande – PI é feita pela secretaria de Obras, Turismo e Meio Ambiente, criada em 2009, e do apoio de instituições governamentais e não governamentais – SEBRAE, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Banco do Nordeste, Aliança Mandu, Associações Barratur e Nativos (MACÊDO, 2011).

O município de Cajueiro da Praia está inserido nas ações do Plano de Regionalização do Turismo. O Piauí foi dividido em sete regiões turísticas pelo PRT: Pólo Costa do Delta, Pólo das Águas, Pólo Aventura e Mistério, Pólo Histórico Cultural, Pólo das Origens, Pólo das Nascentes e Pólo Teresina. Cajueiro da Praia faz parte do Pólo Costa do Delta, que abrange toda a faixa litorânea piauiense (as cidades de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Buriti dos Lopes). O Delta do Parnaíba se localiza a 60 quilômetros de Barra Grande e é a principal atração deste Pólo, considerado uma área estratégica para o desenvolvimento do turismo no estado (FERREIRA, 2012).

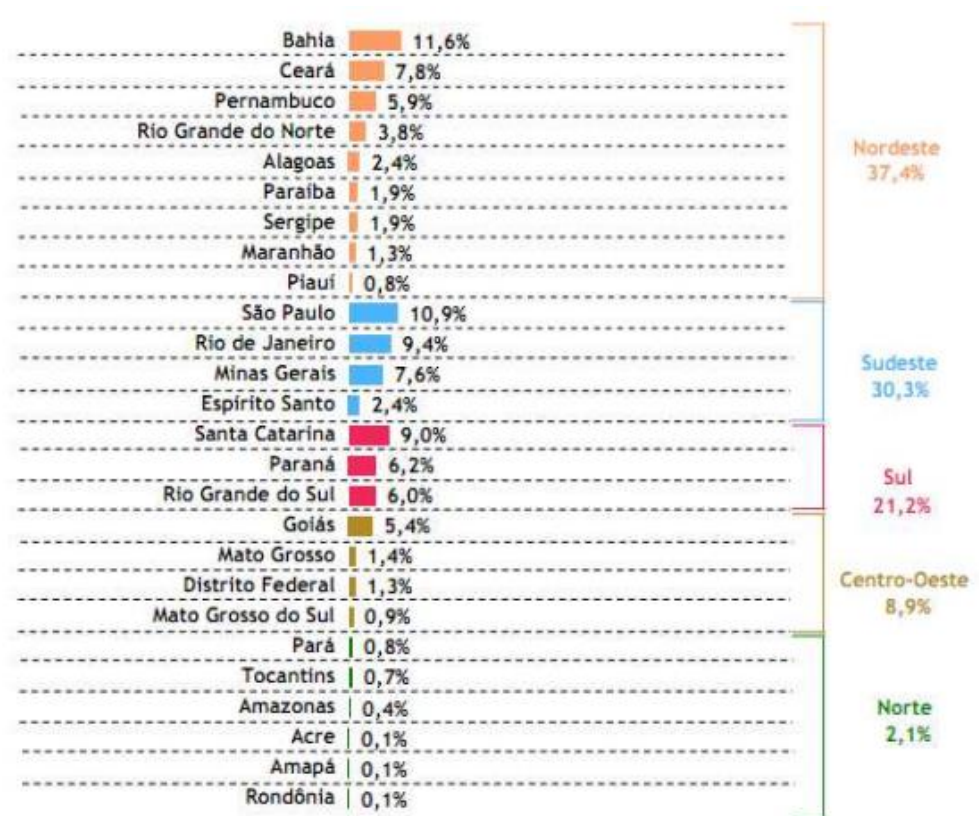
Barra Grande também está incluída na Rota das Emoções (roteiro que engloba Jericoacoara, Ceará, Delta do Parnaíba, Piauí e Lençóis

Maranhenses, Maranhão); na rede do Turismo Rural da Agricultura Familiar; na rede TRAF; no Guia 4 Rodas (como opção de roteiro integrado ao Delta do Parnaíba) e foi um dos destinos nacionais escolhidos para ser divulgado internacionalmente pela EMBRATUR.

As ações governamentais turísticas que acontecem em Cajueiro da Praia dependem de planos e recursos de instâncias estadual e federal, uma vez que a estrutura administrativa municipal é precária e que os seus recursos humanos e tecnológicos não são suficientes. A consequência disso é a falta de participação da esfera municipal na concepção de planos desenvolvidos pelas outras esferas, dificultando um diálogo agregador (MACÊDO, 2011).

Apesar desses recentes investimentos, o Piauí ainda tem uma expressividade turística bem baixa. É possível ver na tabela abaixo, realizada em uma pesquisa sobre turistas brasileiros pelo Ministério do Turismo, que o estado é o último colocado da região Nordeste (que é a região mais visitada do Brasil, com 37,4%) e só está acima dos estados da região Norte (FERREIRA, 2012).

Tabela 1: Destinos turísticos escolhidos por brasileiros.



Fonte: Ministério do Turismo, 2009.

O Conselho Municipal de Turismo, criado em 2001, deveria ser o meio de participação da sociedade na gestão desse setor, entretanto não funciona efetivamente. De acordo com Macêdo (2011) a comunidade se mobilizou em um primeiro momento, mas não deu continuidade às ações, o número de pessoas que participavam das reuniões foi gradativamente diminuindo até que não foi mais possível manter a associação. A falta de apoio da Prefeitura é apontada como o principal motivo para a descontinuidade das ações.

O Planejamento é uma ferramenta importante, uma vez que aumenta as chances de os gestores tomarem decisões assertivas. Entretanto, existem muitas críticas sobre o Plano Estratégico Turístico de Barra Grande, elaborado entre o ano de 2008 e 2010. Os principais objetivos desse Plano são: diminuir a sazonalidade, para aumentar os impactos positivos da atividade, aumentar a satisfação dos visitantes, para que queiram retornar e gerar mais emprego e renda para a população local (DUTRA, SANTOS E SILVA, 2014).

De acordo com Dutra, Santos e Silva (2014), o Plano Estratégico Turístico de Barra Grande possui deficiências que podem comprometer sua aplicabilidade, pois não foi acompanhado de um planejamento para o seu espaço e não tem a legitimação da maioria da comunidade. Eles destacam como principais ausências: primeiramente pouca participação popular, ficando restrita apenas aos grupos pró-turismo (como empresários locais, representantes de entidades parceiras e pessoas que trabalham com turismo). Isto demonstra a escolha apenas da amostra da população que é a favor das atividades, não ouvindo os “contras” que parte da população enxerga. Há moradores que criticam a falta de interação social dos turistas com eles e o alto preço dos eventos organizados, (que visam aos turistas de alto padrão) que impedem a participação da população local.

É fundamental compreender as dinâmicas existentes no sistema territorial turístico para entender suas necessidades e as especificidades dos grupos que o habitam - moradores e turistas (geralmente com interesses divergentes). Dutra, Santos e Silva (2014) afirmam a falta de um diagnóstico para compreender o contexto de Barra Grande. Não existem dados consistentes sobre a realidade local, sobre as estruturas que possui, sobre suas necessidades e dados socioeconômicos da população. Desta forma, o Plano se limita a uma análise superficial e é elaborado sem informações que possibilitem o entendimento real desse espaço.

O Plano também não conta com instrumento que vise acompanhar a execução das ações propostas. As ações de gestão, controle e fiscalização necessitam de gestores com alto nível de envolvimento, caso contrário dificilmente são realizados acompanhamentos de médio e longo prazo e sem isso as medidas são ineficientes. A falta de instrumentos eficientes é um dos principais causadores de problemas de degradação ambiental e cultural, que afetam negativamente a comunidade local.

Percebe-se que os diálogos, as trocas interculturais e a equidade no trabalho não acontecem no modelo adotado de desenvolvimento turístico em Barra Grande. Desta forma, é preciso pensar em alternativas para o desenvolvimento turístico. O turismo comunitário é uma possibilidade, pois

defende um planejamento e gestão que incluam políticas públicas que priorizem um turismo sustentado em ações humanas e institucionais, capazes de melhorar de fato as condições de vida da população.

TURISMO COMUNITÁRIO

Comunidades perceberam os aspectos negativos do turismo convencional e entenderam a necessidade de implementar uma outra lógica de construção dessa atividade. Surgiu, então, o conceito de turismo comunitário, que consiste em uma política gestada pela comunidade, na qual ela tem o poder de colaborar e definir os rumos do turismo local. A cultura e hábitos dos moradores passam a ser encarados como atrativos turísticos e não como algo que deve ser escondido e homogeneizado. Deste modo, esse modelo possibilita o desenvolvimento de uma atividade mais justa, equilibrada e sustentável, que beneficia a população local, e não as grandes empresas características do turismo global.

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e de equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, pag. 31).

As modalidades de participação da comunidade na indústria do turismo foram classificadas em seis: autogestão do negócio turístico - participação da comunidade em todo o processo (planejamento, prestação de serviço ao viajante, promoção e venda do produto e gestão), sem excluir a possibilidade de contribuição externa; parceria de negócios com uma empresa privada; parceria comercial com operadoras do turismo; concessão de recursos comunitários em usufruto; trabalhos assalariados para operários; formas híbridas (MALDONADO, 2009).

Existem algumas dificuldades em adotar o turismo comunitário. A principal é que ele se mantém excluído das instituições governamentais - o

acesso a recursos de produção, serviços empresariais e outros incentivos são dificultados, enquanto para empresas são incentivados e ofertados (MALDONADO, 2009). Também é comum a falta de profissionalismo e desconhecimento do mercado e de gerência. Desta maneira, têm iniciativas que funcionam em condições quase insustentáveis. Barra Grande convive com essa realidade, os moradores estão desmotivados para empreender no próprio território (MACÊDO, 2011).

Existem duas associações em Barra Grande que realizam passeios ecológicos compostas por pessoas da comunidade. Elas tiveram o apoio das entidades SEBRAE, SETUR, SENAI e IABS para realizar o planejamento das ações e ofereceram cursos de atendimento, primeiros socorros, sustentabilidade, dentre outros (MACÊDO, 2011). Esta iniciativa desempenha um papel importante no desenvolvimento turístico comunitário do povoado, pois promove a inclusão da comunidade no desenvolvimento turístico. Entretanto, as associações têm que lutar constantemente pelas suas permanências, uma vez que o fluxo de turistas ainda não é tão expressivo (MACÊDO, 2011). Os associados acusam uma baixa participação do poder público municipal nas ações, necessária devido à falta de recursos dessas associações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, com as informações apresentadas no trabalho, que o turismo que está sendo desenvolvido no povoado de Barra Grande – PI é determinado a partir da lógica do turismo global. Barra Grande passa a ser encarada, então, como uma *cidade-mercadoria*, no contexto de cidade que visa à lucratividade de pequenas parcelas (ARANTES, 2000) em detrimento de investimentos que auxiliem no bem-estar da população. Essa realidade é muito comum na produção de infraestruturas para o turismo, onde os governos criam políticas públicas que priorizam a produção de uma imagem urbana voltada ao marketing. Concorda-se com Arantes (2000) quando ela aponta a simbiose de imagem e produto como a característica dessas cidades que provoca uma inversão de prioridades na aplicação dos recursos públicos,

prejudicando a população local.

Apesar de a comunidade ter comprovadamente melhorado a sua renda depois da chegada do turismo na região, sabe-se que este modelo não permite melhorias de vida mais significativas, pois a população local trabalha geralmente em empregos de base e não existe um incentivo para que ela seja a própria gestora e empreendedora do turismo no local. Além disso, esse modelo não garante a preservação da identidade cultural da comunidade, uma vez que a prioridade é fazer um cenário que agrade os turistas, independente das características reais que o povoado carrega.

Este estudo traz a possibilidade do turismo comunitário em uma perspectiva mais agregadora à comunidade local, pensando em uma alternativa que beneficie de fato esta população e incentive suas demonstrações de cultura e modos de vida típicos. Os desafios para a alteração da lógica atualmente vigente dizem respeito à dificuldade de fazer com que os investimentos e políticas públicas passem a priorizar o turismo comunitário. Mesmo que este modelo ainda seja tipicamente capitalista, pois visa aos lucros, deixar de apoiar grandes empreendedores significa deixar de receber parte considerável da verba, algo que a maioria dos gestores não está disposto a fazer.

Esta luta deve partir de uma conscientização e politização da comunidade local, que solidificada e consistente terá maiores chances de reivindicar seus direitos e negociar alternativas que também sejam atrativas ao poder público, para que este se interesse em apoiar a causa do turismo comunitário. Este artigo visa ser um instigador inicial dessas discussões, algo fundamental para que se resulte em proposições e mudanças no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABASCAL, E. H. S. & D'AGOSTINI, F. F. **Turismo e Desenvolvimento Local**. 4º Colóquio Brasil – Portugal, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/10.pdf> Acesso em: 25 de março de 2019.
- ARANTES, O. V. C., M. E. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- AUGÉ, M. **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. Ed. Campinas, SP: Papius, 2012.
- BARRETTO, A. G. O. P. *et al.* **O município e as áreas rurais**. São Paulo, Instituto Pólis, 2004.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estados@**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/cajueiro-da-praia/panorama>> Acesso em: 20 de março de 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. 2019. **1 fotografia, color**. Disponível em: <turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/02pesquisa_habitos.html>. Acesso em: 20 de março de 2019.
- CARNEIRO, M.J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In.* CARNEIRO, M.J. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e de pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, pp. 23-50. 2012.
- CARRASCO, A. O. T. **Os limites da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano em um contexto de modernização retardatária**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- CUNHA, J. M. A. **Família, Trabalho e Geração: um estudo sobre as relações entre a pesca artesanal e o turismo na localidade Barra Grande - Cajueiro da Praia – Piauí**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

- CUNHA, J. M. A. e SILVA, M.V. **O turismo global em Barra Grande (PI): novos processos socioculturais, multifuncionalidade e pluriatividade no espaço rural.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.11, n.2, pp. 273-301. 2018.
- DUTRA, A. D.S. & PEREIRA, R. M. F. D. A. **O município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: características naturais e a conservação de um patrimônio socioambiental.** Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 57-68. 2015.
- DUTRA, A. S., SANTOS, N. M. B. V. e SILVA, E. T. **O Plano Estratégico Turístico de Barra Grande – PiauÍ (PI) / Brasil: melhorias a partir da análise de um modelo sistêmico.** Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), 2014. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=11>> Acesso em: 20 de março de 2019.
- FERNANDES, S.W.R. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. *In.* STEINBERGER, M. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais.** Brasília: LER Editora, 2013.
- FERREIRA, D. C. G. **A Invenção de barra Grande: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do PiauÍ.** Teresina, PI. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, 2012.
- FERREIRA, J. S. W. **O Mito da Cidade Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- HARVEY, D. **O Pós-modernismo na Cidade: Arquitetura e Projeto Urbano.** Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MACÊDO, E. M. **O Turismo na Praia de Barra Grande – PI: Impactos e Contribuições ao Desenvolvimento Local.** Brasília, DF. Dissertação. Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- MACÊDO, E. M. e RAMOS, R. G. **O Desenvolvimento do Turismo em Barra Grande, PiauÍ (Brasil) e seu Significado para a Comunidade Local.** Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 2, n.2, pp. 89-

107. 2012.

MALDONADO, C. O. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Turismo Rural Comunitário na América Latina. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 27-46.

MENDES, F. C. e SILVA, G. V. **Políticas Públicas e Desenvolvimento do Turismo no Litoral Piauiense.** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

OLIVEIRA, F. **O estado e o urbano no Brasil.** Espaço & Debates, São Paulo: v. 2, n. 6, p. 36-54. 1982.

PORTELA, A. J. **Florestan Fernandes e o Conceito de Patrimonialismo na Compreensão do Brasil.** PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, pp.9-27. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA. **Relatório Final do Plano Diretor:** Município de Cajueiro da Praia - PI. Cajueiro da Praia: Technum Consultoria, 2008.

SCHNEIDER, S. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In. BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Turismo social: uma viagem de inclusão.** Rio de Janeiro: IBAM, 2006.